DIRETRIZES
DE GOVERNO
2015-2018

“PRO PARÁ SEGUIR EM FRENTE”

COLIGAÇÃO
JUNTOS COM O POVO

PSDB – PSC – PSD – PP- PSB – PPS – SDD – PTB –PRB –
PEN- PT DO B – PMN – PSDC – PTC - PRP

SIMÃO JATENE
CANDIDATO A GOVERNADOR

ZEQUINHA MARINHO
CANDIDATO A VICE –GOVERNADOR

PACTO PELO PARÁ, TRIPLA REVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1
O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PACTO PELO PARÁ

O maior desafio do Pará, como de resto de toda a Amazônia, é construir um **modelo de desenvolvimento** que seja **moderno, sustentável, com inclusão social e preservação ambiental, adaptado ao contexto sócio ambiental**, capaz de conduzir à redução das históricas e marcantes desigualdades sociais que têm condenado faixas significativas da população regional à pobreza e à exclusão social, com reflexos dramáticos na qualidade de vida dos que aqui habitam; um **paradigma de desenvolvimento capaz de modelar uma verdadeira *civilização florestal*, progressista e inclusiva, em que produção e preservação, ao invés de visões antinômicas, sejam fundamentos complementares e interdependentes desse modelo inovador de desenvolvimento**.

Em pleno século XXI, cada vez mais global e tecnologicamente avançado, o Pará ainda se depara com dois grandes inimigos: a pobreza e a desigualdade. São milhares de pessoas imersas em faixas significativas de subemprego, com o agravante de um crescimento demográfico de 150 mil habitantes/ano, em razão das correntes migratórias atraídas pelos grandes projetos hidrelétricos e de mineração. Num território maior que o da Alemanha, França e Portugal juntos, indicadores sociais dramáticos demarcam os paradoxos de um espaço naturalmente rico em sol, água, florestas, minérios – com a guarda do maior banco genético do planeta! –, porém ainda carente de maiores oportunidades de desenvolvimento humano e de geração de emprego e renda. Dividido o atual orçamento do Estado *per capita*, restaria um valor em torno de R$ 135,00 por cidadão para se gastar em educação, saúde, segurança, água, saneamento, transporte, cultura, esporte, lazer, etc.

Muitas vezes trocando "suor e natureza" apenas por subsistência e alguns produtos de exportação, que enriquecem uns poucos, apesar do Estado ter sido nos últimos anos o maior gerador de empregos formais na Região, com taxa superior a média nacional, ainda gera-se, anualmente, menos de 60 mil novos empregos, empurrando para a informalidade, ou marginalidade, quase 100 mil jovens a cada ano, com agravamento crescente dos indicadores de violência e criminalidade.

Sem possibilidade de aumentar impostos diante de uma carga tributária que já se aproxima de 40% de tudo que é produzido no País, o Pará ainda sofre as consequências de um Pacto Federativo injusto e desigual, que penaliza, sem as devidas compensações, estados tradicionalmente exportadores de matérias-primas – como é o caso –, responsáveis por parcela significativa do *superávit* da balança comercial brasileira. Por ausência de um verdadeiro Projeto de Nação, menos desigual e mais inclusivo, incentivos federais mais substantivos, voltados à agregação de investimentos capazes de verticalizar os setores mais dinâmicos das economias regionais periféricas, deixam de ser canalizados ao estado, dificultando-lhe as possibilidades de superação desse papel servil de "almoxarifado" do restante do país (e do mundo).

Nesse quadro, torna-se urgente **a configuração de um caminho estratégico e alternativo para o delineamento de diretrizes de governo voltadas à construção**

de um modelo de desenvolvimento para o estado pautado em bases realistas (confronto entre oportunidades e ameaças) e sustentáveis, e que aponte, na raiz e no espírito desse movimento, o estabelecimento de uma grande aliança entre os vários atores sociais envolvidos – **um Pacto** –, capaz de alterar as condições presentes da dinâmica de poder instaurada e as formas tradicionais de gestão da "coisa pública". Sem isso, poder-se-á ter governos piores ou melhores, mais ou menos sérios, competentes e realizadores, mas nenhum conduzirá – postos os obstáculos apontados – ao "Pará que Queremos".

A considerar as externalidades presentes, **somente um grande Pacto entre Governo e sociedade se apresenta como o (único) caminho capaz de reverter, paulatinamente, os obstáculos delineados, sedimentando uma nova cultura política, em que os interesses coletivos (o bem público) se sobreponham àqueles mais corporativos e particulares**. Tudo isso, obrigatoriamente, impõe uma nova concepção da dinâmica socioeconômica e da relação entre Estado e Sociedade, devidamente materializada num modelo inovador de governança, mais transparente e participativo, enraizado numa nova cultura dialógica de cooperação e de paz.

2
PARA O DESENVOLVIMENTO SER SUSTENTÁVEL: A TRIPLA REVOLUÇÃO

O caminho para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, tecnologicamente contemporâneo, unificador das vertentes produção/preservação, e compatível com as peculiares socioambientais da Amazônia, delineia-se na intercessão e complementaridade de três frentes principais de investimentos em políticas públicas, capazes de promover uma profunda mudança das condições sócio-político-econômicas presentes. Uma **Tripla Revolução**, pautada (1) pela socialização e uso do **conhecimento** como base do exercício da cidadania e da inovação; (2) pela transformação dos padrões de **produção** das principais cadeias produtivas do Estado, e introdução de novos vetores de crescimento; e (3) pela introdução de **novas formas de gestão e governança** na relação entre Estado e sociedade civil.

A **revolução pelo conhecimento** traduz a base **social** do empreendimento, sem a qual as demais não têm sustentação no tempo. A **revolução pela produção** enseja a dimensão econômica do processo e visa à verticalização das principais cadeias produtivas do estado, agregando-lhes valor, com preservação ambiental. A **revolução pelas novas formas de gestão e governança** sinaliza a dimensão **política** do projeto, assinalando um novo paradigma de mediação entre Estado e sociedade civil, centrado no aumento da representatividade social nas esferas consultivas de governo e, consequentemente, maior eficácia nos resultados das políticas públicas.

O conceito de **revolução** é aqui empregado no sentido de mudança ou transformação radical (que vai à raiz) e simultânea de distintos âmbitos da sociedade, envolvendo alterações dos padrões vigentes de relações, processos e estruturas que conduzam a modificações transcendentes nas formas de pensar e agir, de forma processual e cumulativa, resultando na reconfiguração progressiva da cultura política e dos padrões de mentalidade dominantes, por meio de mecanismos dialógicos de **concertação**

social (Pacto Social), em todos os níveis, tendo por meta o resgate do compromisso prioritário de todos com o **bem público**, a **melhoria da qualidade de vida** e a **paz social**.

A **Tripla Revolução** envolve, em todas as suas dimensões e expressões, a **Ideia de Pacto**. Mesmo porque os complexos desafios postos no horizonte – a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável – extrapolam as possibilidades de intervenção exclusivas do Estado, conclamando, sob a liderança deste, todos os segmentos sociais a assumirem, conforme seu papel e possibilidades, o protagonismo dessa aliança histórica em favor do interesse de todos.

Diante da complexidade crescente da vida social, alimentada e dinamizada, cada vez mais, pela globalização das relações e interdependências em todos os âmbitos societários, e pelo aumento e ampliação da informação e da consciência cidadã, **o Estado tornou-se, objetivamente, insuficiente para satisfazer todas as demandas da sociedade**; **requer, em várias esferas de ação pública, a parceria da sociedade civil, em vista da distribuição supervisionada das responsabilidades da governança**. Isso significa dizer que à **insuficiência** estrutural dos aparelhos de Estado não precisa corresponder a sua **ineficiência** gerencial, exigindo-se, para tanto, um redimensionamento do papel do Estado, a seleção dos setores essenciais de sua atuação direta, e a delegação supervisionada da governança das demais esferas do serviço público, com as garantias republicanas dessa atuação.

A **revolução pelo conhecimento** enseja, assim, um **Pacto pela Educação**, **para a melhoria da educação básica**, apoiado em novas e modernas bases tecnológicas de produção e transmissão do conhecimento, assim como uma **política agressiva de educação técnica profissionalizante** (fundamental à verticalização da economia e ao aumento do nível de renda da população) e a criação de **polos avançados de conhecimento** em todo o território paraense, associando-se pesquisa de qualidade com inovação em todas as esferas da vida social e econômica.

A **revolução pela produção** supõe, igualmente, um **Pacto entre Estado e setores produtivos**, com planejamento estratégico compartilhado dos investimentos em logística e conhecimento necessários à dinamização das principais cadeias produtivas e correspondente política de incentivos fiscais e de licenciamento ambiental.

A **revolução pelas novas formas de gestão e governança**, por fim, estrutura um inédito modelo de **gestão compartilhada integral**, calcado num **Pacto entre Estado e organizações representativas da sociedade civil**, tendo em vista uma maior participação destas nas esferas consultivas do Estado (a serem criadas) e maior transparência das ações governamentais, com o devido controle social.

2.1. EIXOS PRINCIPAIS DA REVOLUÇÃO *PELO CONHECIMENTO*

No contexto da sociedade contemporânea, o **conhecimento** se tornou, definitivamente, o fator mais importante da afirmação da cidadania universal e do desenvolvimento humano. Nesse quadro, a velocidade de sua incorporação ao patrimônio cognitivo dos indivíduos, bem como aos processos produtivos em geral, em vista da aceleração da inovação, apresentam-se como uma questão estratégica e decisiva para todas as sociedades. O campo da educação, da ciência e da tecnologia, pensado na sua integralidade, torna-se decisivo para o crescimento socioeconômico autossustentado de longo prazo, uma vez que viabiliza a contínua e progressiva capacitação da sociedade e a agregação de valor aos produtos, processos e serviços, gerando, consequentemente, o aumento de produtividade ao trabalho humano e uma maior robustez e qualidade na capacidade competitiva global da economia, com reflexo inquestionável na geração de renda, emprego, aumento de divisas, com impacto positivo no processo de inclusão social.

Particularmente para as regiões economicamente mais atrasadas e dependentes, que, num contexto de capitalismo tardio, já partem de um patamar educacional, científico e tecnológico significativamente inferior ao dos demais países desenvolvidos, o desafio, por certo, é colossal. São pendências não resolvidas do século passado que, somadas às novas e intransferíveis tarefas da Era do Conhecimento (que inaugura o XXI), definem as coordenadas que mapeiam o complexo quadro de enfrentamentos no tempo presente e que terá de ser vencido, em tempo hábil, com determinação e vontade política, caso se queira projetar qualquer possibilidade de futuro.

A **constituição e universalização de um ensino de qualidade (em todos os níveis)** e a **geração de uma robusta, criativa e inovadora economia do conhecimento** – como exige a atual etapa civilizatória – são investimentos de primeira grandeza, que se inscrevem como os fundamentos de qualquer plano de desenvolvimento sustentável, em que a geração e transmissão cumulativa de conhecimentos, a adoção de tecnologias adequadas de transmissão e a formação continuada de empreendedores, de quadros técnicos, científicos e de força de trabalho capacitada em lidar com esses conhecimentos e tecnologias se transformam no **vértice estratégico do processo de modernização, da adaptação das estruturas e culturas institucionais às mudanças em curso e da abertura e fortalecimento dos espaços de participação social**.

Nessa perspectiva, alguns programas de Governo, concebidos como ***políticas de Estado***, tornam-se capitais para o Pará:

2.1.1. **CONSOLIDAÇÃO E AVANÇO DO PACTO PELA EDUCAÇÃO –** sob a liderança da SEDUC e participação direta da sociedade civil, constitui-se num programa já modelado e em curso, com o objetivo de estruturar novas formas de governança do sistema educacional, apoiar programas de qualificação docente e discente, introduzir novas tecnologias de educação à distância e recuperar a rede física das escolas, em vista da melhoria da qualidade da educação básica em todo o estado, com elevação do índice do IDEB em 30%, até 2017.

2.1.2. **IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA AMPLA E ESTRATÉGICA DE ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO PROFISSIONALIZANTE** – capitaneada pela UNITEC, fundação pública voltada exclusivamente à oferta de ensino profissionalizante, com planejamento das ações construído em parceria com os setores produtivos, em atendimento às necessidades prioritárias das diversas cadeias produtivas distribuídas em todas as microrregiões paraenses.

2.1.3. **CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR** – por meio da ampliação da presença da UEPA em polos estratégicos de desenvolvimento, como pela ação integrada em rede com outras instituições de ensino superior, como as Universidades Federais e o IFPA, com diversificação da oferta de cursos em todas as microrregiões do estado.

2.1.4. **ESTRUTURAÇÃO DE POLOS DE CONHECIMENTO VOLTADOS À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA** – implantação e consolidação de parques tecnológicos, centros de pesquisa e/ou laboratórios especializados, destinados à inovação tecnológica e verticalização das principais cadeias produtivas do estado, particularmente as baseadas em recursos renováveis da biodiversidade amazônica, com forte apoio da FAPESPA na concessão de bolsas de pesquisa associadas às ações.

2.1.5. **IMPLANTAÇÃO DE REDE DE FIBRA ÓTICA EM TODO O TERRITÓRIO PARAENSE** – implantação de uma ampla base tecnológica (rede de transmissão) de informação e comunicação, interligando, com qualidade, todas as regiões do estado à internet, fator indispensável à viabilização dos demais eixos da presente plataforma de ações, bem como à geração de condições materiais mais favoráveis à modernização das estratégias de gestão e governança, além da expansão, com maior eficácia e qualidade, dos serviços públicos em geral.

2.2. EIXOS PRINCIPAIS DA REVOLUÇÃO *PELA PRODUÇÃO*

Os indicadores socioeconômicos do Pará revelam, por um lado, os efeitos de um modelo histórico assentado no uso intensivo e, muitas vezes, predatório dos seus recursos naturais; por outro, apontam os desafios para mudar esse modelo e alcançar os grandes objetivos de Governo, que deve ser **a superação da pobreza e das desigualdades**.

A correta abordagem desses desafios exige um novo olhar sobre a produção do Pará que supere a forma clássica de segmentação setorial da economia – primário,

secundário e terciário – já que esse recorte não consegue lidar com a atual complexidade e dinâmica que envolve os distintos segmentos da produção em nosso estado.

Uma perspectiva mais apropriada deve partir da natureza endógena (ou não) dessas atividades produtivas e de seus efeitos sobre a sociedade, o meio ambiente e a economia local. Uma alternativa para essa nova leitura é abordar as atividades produtivas em três eixos: 1) atividades que têm "dinâmica própria"; 2) atividades tradicionais e 3) atividades estratégicas e emergentes.

O Eixo "dinâmica própria" é composto por atividades que têm ocorrido quase que independentemente das iniciativas do Estado. Nesse conjunto estão as grandes obras do governo federal, como as de infraestrutura energética, logística e similares. Há também grandes investimentos de fortes grupos econômicos de fora, que se concentram nas áreas de mineração, de bioenergia da palma, da logística e do agronegócio da soja, entre outros. Embora de grande dinamismo econômico, a produção desse eixo concentra-se em atividades primário-exportadoras baseadas nos atributos naturais do Estado, como o potencial hídrico – tanto para a geração de energia como para a navegabilidade –, o mineral, o florestal e vastas áreas para a produção agropecuária. Tais atividades têm grande peso no PIB estadual (72%), porém são poupadoras de mão de obra (geram menos de 10% do emprego formal do Pará) e quase não arrecadam ICMS, por causa dos benefícios constitucionais das imunidades tributárias e, não menos grave, geram créditos tributários que deixam extremamente vulneráveis as finanças públicas do Estado.

O Eixo "atividades tradicionais" é endógeno e composto por atividades associadas à economia de subsistência, tais como: extrativismo florestal não madeireiro, pesca artesanal, agricultura familiar, micro e pequenos negócios ligados ao comércio e serviços, garimpos, pequena mineração de minerais sociais e outras que, comumente, têm grande índice de informalidade. As atividades desse eixo persistem, por inércia, desde os tempos de nossa formação histórica colonial e, não obstante o seu pequeno peso em relação ao PIB, em torno de 7%, é a grande válvula de escape para geração de renda e sobrevivência de aproximadamente 60% população local. A ocupação direta neste eixo gira em torno de 1,5 milhão de pessoas, superando, com larga margem, a população formalmente empregada, por volta de um milhão de trabalhadores. Essas atividades se caracterizam pela baixa produtividade, baixos conteúdos tecnológicos e, de forma semelhante ao eixo anterior, dependem dos atributos naturais do Estado, mas ainda não conseguem incorporar conhecimento, gestão adequada e tecnologia. Disso resulta uma grande dificuldade para mudança no patamar do desenvolvimento do Estado. Há muitas políticas para essas áreas, oriundas de todos os níveis de governo, mas que estão desencontradas, desarticuladas, sem o potencial de gerar as sinergias necessárias para uma alavancagem mais dinâmica e sustentável.

O Eixo "atividades estratégias e emergentes" é composto por atividades voltadas para a agregação de valor aos produtos extrativos, valorização dos atributos locais e atividades inovadoras que têm a capacidade de criar oportunidades de desenvolvimento endógeno, mas que necessitam da "mão visível" do Estado para que aconteçam, isto é, não ocorrem por inércia. Neste conjunto se destacam: a

bioindústria, os empreendimentos de agregação de valor à cadeia mineral, o turismo sustentável, a economia criativa, a economia florestal sustentável, as atividades de serviços baseados na inovação, etc. Essas atividades já respondem por parcela importante do PIB do Estado (em torno de 20%), geram empregos de melhor qualidade (aproximadamente um quarto do emprego formal), têm capacidade de gerar tributos estaduais, pois voltam-se para o mercado doméstico e, em grande parte, seu desenvolvimento requer conhecimento, tecnologia e inovação.
A partir desses três eixos e da concepção subjacente dos desafios econômicos que sugerem, pode-se elencar como programas prioritários, para um próximo Governo, os seguintes:

2.2.1. AMPLIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DOS SEGMENTOS DINÂMICOS DA ECONOMIA

Se as previsões se confirmarem, até o final desta década, o Pará receberá um volume monumental de investimentos no Eixo "dinâmica própria" de, no mínimo, R$ 155 bilhões – R$ 47 em projetos minerais, R$ 68 em projetos energéticos, R$ 10 em obras do PAC, R$ 10 em portos privados e seus complementos (retroáreas, acesso, entrepostos etc) e R$ 5 no agronegócio. No entanto, resta saber quanto deste montante, de fato, será absorvido pela economia estadual. Que oportunidades e desafios trarão. Como potencializar os efeitos multiplicadores benéficos e minimizar as externalidades adversas? Assim, **o grande desafio da política pública será construir um pacto com esses segmentos em prol de uma agenda de desenvolvimento que considere suas lógicas de investimentos, mas que incorpore desde o início as aspirações locais, com vistas a melhor compartilhar os resultados deste progresso**.

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA MULTIMODAL

De acordo com a SEMA, há 34 novos portos para serem licenciados no Pará. A mudança de rota da logística do escoamento de grãos para o Norte vai reduzir enormemente o custo-Brasil. Trata-se, assim, de um caminho sem volta, pelos benefícios que gera aos produtores de grãos (aumento da lucratividade) e ao país (geração de divisas). Isso requer uma **Agenda de Desenvolvimento a partir da Infraestrutura Multimodal** que estabeleça as condições mínimas pactuadas com as empresas e demais atores interessados em termos de:

a. percentual mínimo de absorção e mão de obra local, tanto na implantação quanto na operação;
b. obrigações sobre a qualificação e requalificação da mão de obra;
c. percentual mínimo de compras regionais e de fornecedores regionais;
d. auxílio para atração de novos fornecedores para o Estado;
e. investimentos mínimos em questões socioambientais, em uma perspectiva de inclusão socioprodutiva.

Esse Pacto da Infraestrutura Logística Multimodal deverá ser **estabelecido previamente** entre as partes interessadas, a fim de integrar os condicionantes na etapa do licenciamento ambiental.

INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA

Para esta década, além de Belo Monte, já em implantação, a estimativa é de iniciar-se cinco novas usinas hidrelétricas no Pará, das quais uma já está em estágio bastante adiantado (Teles Pires), uma já licitada (São Manoel), uma em fase de Audiência Pública (São Luiz do Tapajós) e as demais estão planejadas de acordo com Plano Nacional de Energia 2030. Da mesma forma, essa configuração requer a pactuação de uma **Agenda de Desenvolvimento a partir da Infraestrutura Energética**, que estabeleça as condições mínimas a serem cumpridas pelos responsáveis pelos investimentos e demais atores interessados, em termos de:

a. percentual mínimo de absorção de mão de obra local, tanto na implantação quanto na operação;
b. percentual mínimo de compras regionais e de fornecedores regionais;
c. auxílio para atração de novos fornecedores para o Estado;
d. investimentos mínimos em questões socioambientais, em uma perspectiva de inclusão socioprodutiva.

Este **Pacto das Hidrelétricas** deverá ser estabelecido previamente entre as partes interessadas a fim de integrar os condicionantes na etapa do licenciamento ambiental.

GRANDES PROJETOS DE MINERAÇÃO

Em abril de 2014, o Pará foi o primeiro estado da federação a lançar seu Plano Mineral, que é também o primeiro Plano do Estado para este setor que, isoladamente, responde por 23,5% do PIB estadual. Este número mais do que justifica uma ação estruturante embasada em uma **Agenda de Desenvolvimento a partir da Mineração**, nos mesmos moldes dos segmentos anteriores. Nesse sentido, deve-se entrar em acordo sobre:

a. percentual mínimo de absorção de mão de obra local, tanto na implantação quanto na operação;

b. percentual mínimo de compras regionais e de fornecedores regionais;

c. auxílio para atração de novos fornecedores para o Estado;

d. investimentos mínimos em questões socioambientais, em uma perspectiva de inclusão socioprodutiva.

Este **Pacto da Mineração** deverá ser estabelecido previamente entre as partes interessadas, a fim de integrar os condicionantes na etapa do licenciamento ambiental.

GRANDES EMPREENDIMENTOS DO AGRONEGÓCIO

O Pará já conta com planos e projetos na área agrícola, tais como: Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono, da SAGRI), programa Pará Rural, programas da

EMATER, da CEASA, da ADEPARÁ; além do Programa Municípios Verdes, entre outros. Porém, contrariamente ao esperado para o nosso nível de desenvolvimento socioeconômico, a participação deste setor tem decrescido fortemente no PIB do Estado, passando de 12,5%, em 2002, para 6,6%, em 2010.
Todavia, indicadores recentes revelam mudança dessa tendência, com o aumento expressivo da plantação de grãos, cujos investimentos estão se antecipando às oportunidades provocadas pela mudança na rota logística para o escoamento. Na moldura desse cenário, não se pode olvidar que o Governo do Pará assumiu o compromisso com a meta de desmatamento líquido zero, até 2020.

Tudo isso, aliado às restrições ambientais para o uso do solo que, atualmente, tem 70% de sua extensão coberta por áreas especialmente protegidas, exige um forte aumento de produtividade. Não há como elevar a intensificação do uso agrícola das áreas já abertas sem corretivos de solo (calcário) e fertilizantes minerais (NPK), cuja oferta local é limitada. A Seicom já criou um Grupo de Trabalho cujo objetivo é aumentar a oferta e disseminar o uso desses agrominerais. Portanto, **Implantar a Política dos Agrominerais no Estado, em vias de elaboração pelo Grupo, deve ser uma prioridade para este segmento**.

Adicionalmente, nos mesmos moldes dos segmentos anteriores, há necessidade de se implementar ações estruturantes a partir de uma **Agenda de Desenvolvimento a partir do Agronegócio**, com vistas a pactuar:

a. percentual mínimo de absorção de mão de obra local, tanto na implantação quanto na operação;
b. percentual mínimo de compras regionais e de fornecedores regionais;
c. auxílio para atração de novos fornecedores para o Estado;
d. investimentos mínimos em questões socioambientais em uma perspectiva de inclusão socioprodutiva.

Este **Pacto do Agronegócio** deverá ser estabelecido previamente entre as partes interessadas, a fim de integrar os condicionantes na etapa do licenciamento ambiental.

2.2.2. FOMENTO AOS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS

Para que o Estado possa contar com atividades produtivas modernas, fortalecidas e competitivas, que gerem emprego, renda e boa qualidade de vida, é indispensável o suporte de uma educação de excelência em todos os níveis, bem como estratégias inovadoras baseadas em Sistema Produtivos Locais, que podem se dar sob a forma de APLs, condomínios empresariais, parques industriais, etc. O importante dessa estratégia é que ela permite modernizar e integrar as cadeias produtivas por meio da promoção de sua competitividade com o uso da articulação institucional, da qualificação profissional e da inovação tecnológica, considerando-se o território como a base fundamental para a emergência de novas atividades e tecnologias, além de elemento de renovação do tecido social. Já há uma agenda em curso, desenvolvida por meio do Núcleo Estadual de APL, coordenado pela Seicom. Todavia, é preciso empoderar o Núcleo com instrumentos e meios adequados para fazer acontecer os Planos propostos.

2.2.3. AGREGAÇÃO DE VALOR ÀS CADEIAS PRODUTIVAS MINERAIS

Operacionalizar as propostas que foram apresentadas no Plano Mineral do Pará para a agregação de valor às cadeias produtivas minerais. O Plano chama a atenção de que a proposta de agregar valor aos minérios extraídos no Pará é uma reivindicação de longa data. Todavia, muito mais do que apenas uma "vontade política", há necessidade de grande preparo por parte do poder público e de instituições parceiras em prol da criação de um ambiente que, de fato, possibilite a superação dos entraves históricos que impedem que isso ocorra, assim como para criar condições para atração de empresas produtoras de bens e serviços tecnológicos relevantes associados a esse processo produtivo. Além disso, dada à diversidade de bens minerais, é imprescindível escalonar as prioridades, a fim de gerar as sinergias necessárias ao esforço concentrado por parte dessas diferentes instituições. Dessa forma, como ações prioritárias o Plano destaca:

a. Revisar critérios e condicionantes ambientais para o licenciamento ambiental de empreendimentos que agreguem valor aos minérios;
b. Diagnosticar demandas, mobilizar entidades e capacitar mão de obra;
c. Induzir o desenvolvimento e uso de PD&I na indústria mineral;
d. Criar fóruns permanentes e descentralizados, por segmento;
e. Colaborar para a implantação da rede de fibra ótica, particularmente nas regiões de grandes projetos, como o Sudeste do Pará, Baixo Amazonas, Barcarena e Paragominas.

2.2.4. ESTRUTURAÇÃO DE UMA ECONOMIA BASEADA NO CONHECIMENTO, NA INOVAÇÃO E NA CRIATIVIDADE

A superação da pobreza no Pará requer, necessariamente, um amplo projeto de reestruturação produtiva. Esse novo modelo tem de incorporar, desde o início, os limites impostos pela gestão territorial do Estado. Isso significa que não é mais aceitável o padrão baseado na expansão da fronteira agropecuária, no avanço sobre a floresta e no uso predatório dos recursos naturais. O novo modelo, portanto, exige aumento de eficiência do uso dos recursos naturais. No entanto, isso só é possível a partir de inovações produtivas e sociais, em que urge uma total revolução nas bases da educação com vistas a superar o histórico atraso e avançar nas conquistas. Daí a importância estratégica da efetividade do Pacto pela Educação.

Outra boa notícia é que o Pará já tem seu Plano de Ciência Tecnologia e Inovação. Tal Plano precisa agregar-se a outras iniciativas que estão ocorrendo nas áreas: do turismo (Plano Ver-o-Pará), da economia criativa (há o Plano Federal e várias iniciativas em nível do Estado) e outros segmentos. Um Estado, como o Pará, que é depositário – a exemplo de toda a região amazônica – do maior banco genético e biodiversidade do planeta – não terá futuro fora do modelo de uma "economia verde"

baseada no conhecimento: o uso inovador, com preservação, dos fartos recursos hídricos e florestais que constituem a sua inigualável biomassa.

2.3. EIXOS PRINCIPAIS DA REVOLUÇÃO *PELAS NOVAS FORMAS DE GESTÃO E GOVERNANÇA*

2.3.1. DIÁLOGO! A CONSOLIDAÇÃO DO PACTO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

> "o que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados" (Castells, *A Sociedade em Rede*).

Quando, nos anos oitenta do século passado, configurou-se com mais clareza a denominada Sociedade Informacional – cujo alicerce é o conhecimento/tecnologia e a informação como modelo civilizatório para o Século XXI –, logo os mais apressados quiseram relegar o Estado à condição de uma velha estrutura do passado. Por isso é importante fazer coro à ideia de que **o Estado não é somente uma conquista da modernidade, como também é um pilar da democracia enquanto modelo de convivência política entre os indivíduos**, como nos está a demonstrar a história.

A epígrafe acima selecionada quer ser, exatamente, a pedra de toque para o modelo de gestão que desejamos consolidar no Estado do Pará: **Diálogo com Responsabilidade**. Pretende-se um modelo de gestão comprometido com a consolidação das instituições e de suas missões públicas, capaz de garantir os direitos inalienáveis das pessoas e, a um só tempo, o equilíbrio da sociedade enquanto coletividade, baseado na solidariedade e no pacto social, alçando-se o Estado como o grande e legítimo avaliador desse processo.

Eis porque a coligação "**Juntos com o povo**", para dar continuidade ao trabalho iniciado em 2011, propõe agora o seguinte programa: **Diálogo! A consolidação do Pacto entre Estado e Sociedade Civil**.

Sim, porque, como se sabe, os Governos são transitórios, mas o Estado é uma conquista da humanidade. O Estado se aperfeiçoa. Os Governos passam. E **falar de Pacto com o Estado significa criar condições estruturantes para o avanço permanente de toda a sociedade em direção às melhores condições sociais, políticas e econômicas para todos**.

Ao contrário do que tantos pensam, o Estado não está nem à frente, nem a reboque da Sociedade Civil. É-lhe o eixo-central. O instrumento para a construção de seu equilíbrio. A condição de sua harmonia. A invenção necessária para garantir a convivência dos cidadãos no âmbito das suas contradições e conflitos. **Diálogo com responsabilidade!** Eis o desafio que nos está posto para este período de profundas

transformações e de desafios para o reencontro do leito e do fluxo do "Rio das Horas", que, em síntese, é aquele com a nossa própria história e identidade. Do presente e do futuro do Pará.

Sem nenhum temor, insistimos que chegou a hora de, sem populismo, afirmar o papel do Estado que, conjunturalmente, precisa ser reinventado para dar conta dos desafios que a Sociedade Civil, que lhe garante a existência, lhe põe e lhe exige como artífice dos legítimos enfrentamentos. Sem nenhum viés tecnocrático ou populista, não temos receio de dizer que é preciso caminhar **Juntos com o Povo**, porque estamos a viver um período histórico semelhante àquele de uma grande travessia; e esta metáfora é, sem dúvida alguma, uma das melhores para pensarmos o Estado do Pará. Afinal, como sabemos, Pará significa Rio Grande. Rio Açu. Como nos lembra Leandro Tocantins: **"Pois, ao Grão, que é "o grande", juntou-se o Pará – "rio grande", traduzido da linguagem do índio. Resultando "o grande rio grande". O Grão-Pará: nascimento para o mundo civilizado."**

2.3.2. O DESAFIO DE UMA GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL

A **Gestão Compartilhada Integral** garante o controle do exercício do poder por parte da Sociedade Civil Organizada, através de um processo dialógico com as instâncias do Poder Executivo, garantindo a este as prerrogativas constitucionais e de legitimidade democrática.

Deste modo o governo é participativo, mas não reducionista; porque possibilita o "empoderamento" da Sociedade Civil sem violar o Estado de Direito construído pelo Regime Democrático de Direito.

O conceito de "**Diálogo**", amparado nas experiências mais recentes da Democracia e que extrapola a simples ideia de **Contrato**, norteia todas as ações de governo, uma vez que hoje já está posta a necessidade da garantia e conquista do **Direito de Participação** da Sociedade Civil nos processos de **Decisão**.

Por outro lado, trata-se de um Modelo de Gestão capaz de estabelecer um processo **ininterrupto de amadurecimento político** da sociedade e das **estruturas de poder** já institucionalizadas, criando as condições necessárias para a sua constante **renovação**.

A eficácia desse Modelo de Gestão decorre, em primeiro lugar, da construção de fluxos capazes de promover a relação da Sociedade Civil com os diversos Órgãos do Poder e, em segundo lugar, da construção de **Tecnologias Sociais e Instrumentos Técnicos Administrativos** no âmbito do Governo que os favoreçam **Eficiência**.

É importantíssimo ter presente que nas **Relações de Diálogo** (dialógicas), a **Voz do Governo** não é "**A voz de Deus"**, mas a **Voz da Sociedade Civil** tampouco. Ou seja: **aquilo que se busca vai além da ideia de consenso e de contrato, porque a substância dessas relações é o "bem comum" e o "bem público". Perda e ganho**

têm o mesmo peso na construção do "bem comum" e no aperfeiçoamento do uso dos "bens públicos".

A Gestão Compartilhada Integral tem na ideia de "participação" a garantia da **Autossustentabilidade Democrática**, uma vez que compreende que somente o **compromisso** de todos com os interesses públicos dá ao **"corpus social"** o vigor necessário para a construção de **uma sociedade capaz de se rever permanentemente**, ser vigilantes com a "**coisa pública**" e, sobretudo, capaz de assumir a cidadania em plenitude.

A concretização desse Modelo ocorre, portanto, pela via do **diálogo, rigorosamente planejado e esculpido entre Governo(s) e sociedade civil**, **de modo a possibilitar aos gestores decisões mais equilibradas, que decorram do encontro entre as aspirações populares, a viabilidade político-administrativo-financeira e a viabilidade técnico-científica. Um encontro, portanto, entre viabilidade, aspirações, conhecimento técnico e os diversos saberes presentes na sociedade.**

Longe do assembleísmo, a Gestão Compartilhada nega o populismo, a manipulação e a instrumentalização da população, para se alicerçar sobre relações transparentes e maduras entre Estado e Sociedade Civil, **sem confundir-se as esferas, especificidades e função de cada um**.

Nesse prisma, a **Gestão Compartilhada Integral** exige uma **Gerência**, entendida como um setor, concreto e visível aos olhos da Sociedade Civil, **vinculado diretamente ao Gestor Público** a quem a Sociedade delegou o poder para representá-la e viabilizar o equilíbrio necessário para a sua convivência e existência pacíficas.

É um mecanismo concreto capaz de recolher e consolidar prioridades de investimentos que podem ou não ser adotadas nos Planos de Investimento do Governo e não obedece à lógica do Planejamento Participativo, tal como aplicado desde os anos 1970 na América Latina e no Brasil, como produto ideológico derivado do modelo inglês, e tampouco traz para dentro do processo de tomada de decisões o ritual que lhe caracteriza.

Além do recolhimento e a consolidação de informações, é **constituído por pessoas capazes de acurada observação, capacidade de processamento, sensibilidade social**, porque deverão ser também capazes de reverter, pelo diálogo e demonstrações em contrário, opiniões de prioridades junto às comunidades e setores organizados da sociedade civil, quando justificável e necessário.

Deste modo, é fundamental que, desde o primeiro momento, o **Governo apresente estruturas, mecanismos, instrumentos, tecnologias sociais capazes de conduzir o Diálogo Responsável, sem abdicar do poder que lhe foi atribuído pela própria sociedade,** de modo a se antecipar aos conflitos eventuais próprios de uma sociedade que, em decorrência de suas frenéticas mudanças infraestruturais (conhecimento/tecnologia/informação), assiste a um vertiginoso e contínuo processo

de mudanças, quase a não nos permitir a compreensão dos fenômenos e fatos que hoje fluem e nos escorrem das mãos como se um espesso e desafiador líquido fossem.

Eis um grande desafio para qualquer modelo de gestão e planejamento no mundo de hoje: **ser capaz de gerir o cotidiano.** Assim**, diálogo e informação** permanentes se tornam fatores fundamentais, imprescindíveis, decisivos.
Portanto, há que se deixar claro a todos os **Setores de Governo** que esta forma de gestão é a sua Força Motora. O seu diferencial. Sua pedra de toque. **Reinventar o Estado para torná-lo capaz de se sintonizar com as mudanças já em curso operadas pelas forças históricas e dominantes da Sociedade Civil contemporânea, num mundo regido pelo conhecimento e pela informação.**

Do ponto de vista prático torna-se necessário **dotar todos os demais setores do Governo de uma mentalidade inovadora, flexível, democrática e, necessariamente, aberta e permeável aos diversos saberes presentes na sociedade**.

2.3.3. REINVENTAR A GESTÃO COMPARTILHADA

> É fundamental a implantação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento, que fortaleçam a integração entre poderes e esfera de governo, contribuindo para uma maior articulação entre Estado e Municípios, buscando fortalecer a luta federativa.

A construção de Conselhos Regionais, **de caráter consultivo**, é outra estratégia inovadora de governança e que responde à necessidade de uma maior presença do Estado em todo o seu imenso território. Tal iniciativa deve ocorrer em parceria com os membros da **Aliança Política**, com os **Poderes Constituídos** e com os **Organismos da Sociedade Civil Organizada**, de forma a garantir a devida representatividade social.

É necessário redefinir territorialmente o perfil das unidades regionais da administração, na coordenação e gerenciamento das ações indispensáveis à execução de políticas públicas voltadas para atender, e bem, a população na ponta.

Esse cenário impõe: 1) a revisão da macro estrutura administrativa do estado, através das secretarias e órgão públicos, suas funções e objetivos dos vários órgãos, 2) descentralização da função administrativa com vistas a dar maior eficiência e agilidade na tomada de decisões e execução das políticas públicas estaduais. 3) criação e implantação de Conselhos Regionais Administrativos.

2.3.4. OUTROS FUNDAMENTOS PARA UMA GOVERNANÇA CONTEMPORÂNEA

- "EMPODERAMENTO" DA SOCIEDADE CIVIL:

Uma das grandes revelações do nosso tempo foi aquela de nos fazer entender que, afinal, **é a Sociedade que faz o Estado e não o contrário**. Deste modo, é possível compreender a sua indispensável existência. Trata-se de um ente que só é/exista porque a Sociedade dele necessita. **E este, por sua vez, não existe – não deve existir – senão na condição de "Servidor" da Sociedade Civil**.

Assim, "Empoderar" a Sociedade Civil significa, em última instância, garantir o poder a quem a Sociedade considerou capaz e escolheu para governá-la. E aqui precisa se entender que se trata de uma mudança de paradigma e não um desejo proposicional. Trata-se de uma questão já posta. De fato e de direito.

O Estado e os aparatos de Governo se reinventam para dar conta das transformações em curso na sociedade. Não é ele que as opera. Ele é o **fiel consolidador das mudanças**; o ente capaz de prover a sociedade dos mecanismos e instrumentos que podem lhe garantir os novos arranjos que permanentemente emergem do subterrâneo do "Rio das Horas".

Na modernidade, o poder dos governos vem das ruas; e se a elas não retorna se enfraquece, até ao ponto de se caracterizar apenas como o simulacro da ilusão do Príncipe Abstrato, que se fará perceber, cedo ou tarde, absolutamente desnecessário, obsoleto – razão do estabelecimento da crise.

Por outro lado, o movimento assim se constitui porque é nas ruas e no cotidiano das pessoas que a vida se opera e se constrói. É lá que a história está a nos revelar que o Estado é necessário, mas os Governos podem ou não corresponder a essas expectativas.

Uma Gestão Compartilhada Integral tem presente que **é no "micro" das comunidades e nas unidades municipais que se opera a vida concreta dos homens**. Assim, a necessária **Municipalização do Desenvolvimento** não é uma invenção de Governo e, sim, uma necessidade histórica. Traduz-se no seu trabalho mais nobre: **favorecer a vida dos cidadãos no espaço e no tempo onde esses constroem suas histórias**. Em outras palavras: dar leito e margens para o curso do rio caudaloso das invenções que nascem do cotidiano.

Ao Estado (e aos Governos), se souber(em) bem representar, importa em dar aos cidadãos aquilo que o cotidiano não os deixa ver (ainda que sintam), isto é, o norte, o pulso, as volições, o destino; o futuro que, certamente, é aquilo que garante a qualidade e a continuação do fluxo da história. Eis a consciência que deve mover um Governo contemporâneo e afinado com o Espírito de seu Tempo: "empoderar" a sociedade civil para dela "empoderar-se" e melhor servi-la.

- MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO COMPARTILHADA: UM PROGRAMA PARA A ALIANÇA POLÍTICA "JUNTOS PELO PARÁ".

O **"Pará de Todas as Tribos"**! Tornar os Municípios dotados deste mesmo modelo de Gestão Compartilhada Integral, transferindo-lhe tecnologia política e social para garantir o desencadear de um novo tempo: o tempo de uma nova compreensão do papel do Estado, do papel dos Governos e da própria Sociedade Civil. **Ou se caminha juntos ou passaremos todos somente com a ilusão de termos servido a alguma coisa. Eis a essência e o sentido do Pacto!**

- A MELHOR OBRA PARA O NOSSO TEMPO: A CONSTRUÇÃO DOS BENS RELACIONAIS.

O grande pilar de nossa forma de gestão é a ideia clara de que o nosso tempo nos chama para a construção de um novo bem social. Tão importante quanto aquele das infraestruturas, dos bens materiais. Referimo-nos aos **Bens Relacionais**, isto é, "bens que consistem de relações (não são coisas, não são gentilezas/ajudas funcionais, não são ideias, nada de tudo isto) **são relações**". Se faltam, percebemo-lo pelos **Buracos Estruturais nas Redes de Relações entre Pessoas, Entes, Instituições, Governos**. Vão além dos acordos, das amizades, das alianças. Não pertencem aos indivíduos isoladamente e nem são coletivos no sentido do coletivismo pragmático. São instituídos na disposição inovadora de construção de uma realidade que vai além de qualquer metodologia, mas que se tornam indispensáveis para sairmos da sensação aterrorizante de que não seríamos mais capazes de sonhar em função de um mundo mais justo, mais humano e de paz – de um novo humanismo!

- A SOCIALIZAÇÃO DA NOVA METODOLOGIA DE GOVERNANÇA

a) Breves Seminários por setores da organização governamental.

b) Micro experiências de diálogo com a sociedade civil que inicia com os aliados políticos e gradativamente se abre para toda a sociedade civil, com os atores sempre amparados por competências instaladas no âmbito do próprio Gabinete Civil.

c) Distribuição de material e pequena fala de estímulo por parte do Gestor.

d) Programas de veiculação de tecnologias sociais em rede.

e) Convite a pessoas que dispõem de experiência consolidada para relatos de experiências.

f) Mobilização permanente de todos os agentes com funções e responsabilidade de decisão no âmbito governamental. Fala e chamamento permanente do mandatário do Governo e a quem ele considera importante empoderar no âmbito do governo.

3. COMPROMISSOS DE GOVERNO – DIRETRIZES

3.1 – FUNCIONALISMO

Avanços nos últimos 4 anos

Em 2011, a desorganização administrativa do estado era alarmante. Havia dívidas acumuladas, planos de carreiras aprovados e não implementados, promoções atrasadas, mais de 10.000 concursados esperando nomeação e 70.000 no chamado cadastro reserva. Demandas reprimidas em todas as categorias por melhorias salariais. Sem fugir à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado enfrentou um a um os desafios e colocou ordem na administração.

Perdas salariais de diversas categorias foram repostas com ganhos reais. Os professores e os policiais civis têm hoje a 5ª melhor remuneração do país; os delegados a 10ª. A parcela Abono Salarial a 70% aos servidores de nível superior foi incorporada; os valores da gratificação de plantão e sobreaviso pagos à área da saúde foram atualizados pelos valores de mercado; foi realizado o pagamento do piso dos professores da rede pública estadual e do PCCR, incluindo o Pará no rol de estados que melhor remuneram os professores; implementação do PCCR dos servidores do DETRAN; ADEPARÁ; RENATO CHAVES; majoração no percentual de parcelas pagas a servidores e militares da área de segurança; majoração no valor do Abono Extraordinário pago aos servidores da Polícia Civil e Militar do estado; pagamento do interstício dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que não vinha sendo obedecido; pagamento do Auxílio Fardamento dos militares, legalmente fixado em 02 parcelas por ano; aprovação da Lei que institui a gratificação de desempenho para os servidores da Fundação Sócio-Educativa do Pará, contribuindo para a melhoria da qualidade de prestação dos serviços e para a valorização dos profissionais que atuam na área de socioeducativa. E finalmente a elaboração do Programa de Valorização do servidor público contendo ações voltadas à melhoria das condições de trabalho, ampliação das habilidades e competências e melhoria da qualidade de vida dos servidores, dentre essas ações, temos o Servidor na Academia, a Corrida do Servidor, o SERVIFEST; implantação do programa de reabilitação e readaptação funcional em parceria com a UEPA.

O governo também colocou em dia o programa de nomeações de concursados. De janeiro de 2011 a junho de 2014, o Estado nomeou 12.874 aprovados em concursos públicos para preenchimento de vagas nos diversos órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas no âmbito do Poder Executivo Estadual. Em 2011, foram 4.495 nomeações; em 2012, foram 4.631; em 2013, 3.279 nomeações; e de janeiro a junho de 2014, foram 469 nomeações. Com a efetivação dos policiais civis, auditores fiscais e fiscais de receita, foram totalizadas 13.397 nomeações realizadas pela atual gestão.

A Escola de Governo cumpriu seu papel na capacitação dos servidores, interiorizando suas ações com vistas a qualificar cada vez mais a prestação de serviços públicos em todo o estado.

Para seguir em frente

- Estruturar a Política Salarial para os servidores públicos estaduais de curto, médio e longo prazo, sem acumular perdas salariais, atrelada ao crescimento da receita;
- Estruturar e implementar o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores públicos da Administração Direta, Autarquias e Fundações;
- Incorporar o Abono Salarial dos servidores de nível médio da Administração Direta, Autarquias e Fundações;
- Implementar de um Plano de formação de gestores da Administração Pública;
- Implementar o Programa de Mestrado e Doutorado para os servidores públicos do Estado;
- Ampliar o número de vagas a serem ofertadas em Concursos Públicos para as diversas áreas, especialmente, saúde, educação e segurança;
- Ampliar do processo de modernização da gestão administrativa do Estado com a continuidade da aplicação do Sistema de Gestão por Resultados;
- Implantar mais unidades do Estação Cidadania oportunizando o acesso dos paraenses aos documentos de cidadania nas diversas regiões do Estado;
- Ampliar o Programa de Habitação dos servidores públicos;
- Ampliar a ofertas de cursos visando a profissionalização dos servidores públicos, através da Escola de Governo.

3.2 - EDUCAÇÃO

Avanços nos últimos 4 anos

A "revolução pelo conhecimento" só se faz com fortes investimentos na Educação. O Pará escolheu esse caminho, ao firmar o **Pacto pela Educação**. Há quatro anos, das quase 1.000 escolas estaduais, cerca de 70% precisavam de reforma ou reconstrução. O Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração do Magistério, hoje implantado, ainda era só promessa e especulação. Com recursos próprios e investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Pará está aplicando RS 700 milhões de reais no programa Pacto pela Educação, que conta com apoio da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, além de todos os segmentos da comunidade escolar. No âmbito do programa, 260 escolas estão em reforma e reconstrução. E mais 50 novas escolas, representando 400 novas salas de aula, estão sendo construídas. Muitas dessas escolas já foram entregues em todo o estado. Para formação de mão de obra especializada no próprio município, o governo, depois de ajustar e adequar projetos às verdadeiras vocações econômicas das regiões, além de resolver pendências jurídicas, retomou obras que estavam paradas, dando andamento ao audacioso projeto de

construção de doze escolas tecnológicas. A primeira já foi entregue na Vigia. A de Oriximiná já está pronta e mais dez estão com obras em andamento em várias regiões do Estado. Em nenhum outro momento de sua história, a educação paraense recebeu tantos investimentos em tão curto espaço de tempo. A meta de todo esse esforço é elevar em 30% os índices do IDEB, em todos os níveis da educação, num prazo de 5 anos.

Para Seguir em frente

- Dar prosseguimento a implantação do Pacto pela Educação do Pará.
- Concluir a construção de 400 salas de aula, em todo o estado, no âmbito do Programa Pacto pela Educação, iniciado em 2013.
- Construir mais 30 novas escolas com 12 salas de aula em todas as regiões do estado.
- Elevar em 30% o índice IDEB da educação paraense, em todos os níveis, nos próximos quatro anos.
- Consolidar o funcionamento dos Comitês Gestores do Pacto pela Educação.
- Prosseguir na prospecção e formalização de novas parcerias privadas e públicas para fortalecimento e funcionamento do Pacto pela Educação em todo o Pará.
- Prosseguir com o programa de reforma dos prédios históricos escolares, restaurando o patrimônio cultural e promovendo a adaptação de suas instalações aos novos paradigmas de ensino e acessibilidade.
- Consolidar a já iniciada implantação dos critérios de mérito para a nomeação dos administradores escolares.
- Investir na melhoria da qualidade e distribuição da merenda escolar, mantendo o compromisso de valorizar cada vez mais a produção local dos alimentos-base das refeições ofertadas.
- Prosseguir identificando e corrigindo disparidades que persistam na distribuição de professores, estimulando a fixação do corpo docente.
- Dar continuidade ao processo de atualização das disciplinas e seus conteúdos.

- Seguir incentivando a implantação e diversificação de atividades extracurriculares, de modo a desenvolver valores e competências em grupo ou individuais.
- Consolidar a parceria com as prefeituras municipais para implantação/renovação de frota do transporte escolar, buscando soluções intermodais e mais seguras.
- Requalificar e redefinir o papel das Unidades Regionais de Educação.
- Investir na formação de parcerias junto à sociedade civil visando à qualificação da educação profissional de jovens e adultos.
- Prosseguir a já iniciada formação de professores para crianças e jovens especiais, avançando cada vez mais na distribuição desses servidores especializados em escolas do interior do estado, a exemplo do que já vem sendo feito nessa área.
- Dar continuidade aos investimentos realizados na formação de professores para as áreas de ciências e matemáticas.
- Prosseguir na adequação dos espaços físicos das escolas para os cadeirantes e alunos especiais.
- Aumentar a disponibilidade de publicações em braile e de livros falados.
- Disponibilizar óculos e aparelhos auditivos.
- Consolidar e expandir o Programa Profissional e Tecnológico em todo o estado por meio da Universidade Tecnológica do Pará – UNITEC.
- Concluir, equipar e entregar as escolas tecnológicas em construção no interior do estado.
- Dotar o campus da UEPA em Marabá de todas as condições para o pleno funcionamento dos cursos superiores da área de saúde recentemente criados (Medicina, Enfermagem e Biomedicina).
- Implantar novos núcleos da UEPA em todas as regiões do estado, valorizando o programa de interiorização que vem sendo executado.

3.3 – SAÚDE

Avanços nos últimos 4 anos

Saúde é a grande prioridade do governo. Nos últimos quatro anos, mais de 700 novos leitos foram incorporados à saúde pública do Pará. Essa é parte da meta de construir mais 1.000 novos leitos após a conclusão de hospitais regionais e municipais que estão em obras, muitas delas praticamente em fase de conclusão. Dentre os desafios enfrentados ao longo desse tempo, temos que a fila de pacientes que aguardavam vez para iniciar o tratamento de hemodiálise foi praticamente zerada, em todo o estado. Um novo hospital, o Jean Bitar, com 80 leitos, foi adquirido e equipado. Foi implantado o Centro Monteiro Leite, em Belém, para garantir atendimento integral aos pacientes renais crônicos. O Hospital Ofir Loyola foi modernizado. A Unidade Materno Infantil dr. Almir Gabriel, conhecida como a Nova Santa Casa, teve suas obras retomadas e concluídas, abrindo mais 423 leitos para as mães paraenses, notadamente as portadoras de gravidez de alto risco. Mais um hospital de retaguarda, o Galileu, com 120 leitos, foi entregue na região metropolitana de Belém. Estão em ampliação, com obras praticamente prontas, os Hospitais Regionais de Santarém e Marabá. Três unidades de tratamento de câncer foram implantadas, no Regional de Tucuruí, Regional de Santarém e uma no Hospital Barros Barreto, em Belém. O Hospital Regional do Leste do Pará, em Paragominas, com 80 leitos, foi entregue à população. O novo Oncológico Infantil, em Belém, terá 80 leitos e já está em fase final de construção. Avançam a construção do novo Abelardo Santos, em Icoaraci, com 250 leitos, e o Hospital Regional do Tapajós, em Itaituba, com 130 leitos. Foi iniciada também a construção do Hospital Regional de Castanhal. Além dos novos hospitais construídos e em construção, vários hospitais municipais, em todas as regiões do estado, estão sendo ampliados e requalificados, com capacitação de equipes médicas e oferta de novos serviços. Houve expressiva redução nos registros de mortalidade infantil, nos casos de malária (cerca de 70%), dengue e na Doença de Chagas.

Para seguir em frente

- Concluir e equipar os novos hospitais regionais e de alta e média complexidade que estão sendo construídos em Belém, Itaituba, Castanhal e Capanema.
- Concluir e equipar o novo Hospital Abelardo Santos, em Icoaraci.

- Implantar dois hospitais de média complexidade com leitos de UTI em Santa Isabel e Abaetetuba.
- Ampliar o Hospital Regional de Média Complexidade de Cametá, dotando-o de UTI e Tomógrafo.
- Requalificar o prédio centenário da Santa Casa.
- Ampliar e modernizar equipamentos no Hospital de Clínicas Gaspar Vianna;
- Implantar URES – Unidades Regionais Especializadas de Saúde nas Regiões de Saúde de Carajás, Baixo Amazonas, Tocantins e Metropolitana I.
- Implantar 01 URE Fluvial para atender permanentemente a Região de Saúde Marajó I.
- Implantar em Belém 01 URE voltada para atender transsexuais.
- Implantar 01 URE para a população carcerária em Santa Isabel.
- Capacitar 50% das equipes de Atenção Básica, em 13 Regiões de Saúde.
- Descentralizar 13 Centros de Saúde, passando-os para gestão municipal em Tracuateua, Melgaço, Primavera, Oeiras do Pará, Placas, Trairão, Piçarra, Novo Progresso, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, Terra Alta, Bonito e Nova Ipixuna.
- Implantação de 2 LACEN regionais, em Santarém e Marabá.
- Intensificar o controle da dengue, malária, leishmaniose, doença da Chagas, HIV, tuberculose e hanseníase nos 144 municípios.
- Implantar 8 CERETs regionais com vistas a proteger trabalhadores, nas seguintes Regiões de Saúde: Metropolitana II, Metropolitana III, Marajó I, Marajó II, Caetés, Tocantins, Tapajós e Lago de Tucuruí.
- Ampliar o apoio às prefeituras na gestão básica de saúde, com recursos financeiro e técnico, pactuando objetivos e metas e adequado controle.

- Estruturar serviços de referência para identificação e tratamento de lesões precursoras de câncer de útero nas 13 Regiões de Saúde.
- Implantar serviço de referência para diagnóstico e tratamento de câncer de mama em 13 regiões de Saúde do estado.
- Utilizar parte dos 1,5 mil km de rede de fibra ótica que estão sendo implantados para consolidar o Sistema de Telessaúde.
- Implantar do serviço de Hemodiálise nos Hospitais Regionais de Breves, Marabá e Tucuruí.
- Ampliar lanchas do SAMU.
- Implantar leitos de atendimento psiquiátrico nos Hospitais Regionais.
- Implantar centros de referência em atendimento de fenda palatina e lábio leporino, em parceria com o Hospital Bettina Ferro e Silva, em 13 Regiões de Saúde.
- Ampliar a interiorização do Hemopa.
- Ampliar e promover melhorias em Centros Regionais de Saúde.
- Aumentar o valor de financiamento estadual para tratamento de diabetes, assistência farmacêutica básica e vigilância em saúde, incluído nesta última a elevação do piso fixo.
- Aumentar o número de equipamentos do Hospital Ofir Loyola, ampliando sua capacidade de atendimento.
- Implantar novos centros especiais de tratamento de dependentes químicos.

3.4 – SEGURANÇA

Avanços os últimos 4 anos

Entre 2011 e 2014, o Pará recebeu o maior investimento em Segurança já realizado no estado. Mais de R$500 milhões de reais foram aplicados na aquisição de mais de 2 mil viaturas, entre elas quatro helicópteros, um avião caravan, lanchas e caminhonetes, motocicletas, equipamentos, armas e fardamento, entregues à Polícia

Civil e Militar em todos os municípios paraenses. 22 unidades penitenciárias estão em construção, e várias delas já prontas. 72 novas Unidades Integradas Propaz construídas e em construção. 50 delegacias foram reformadas. 2.800 novos policiais estão nas ruas, após prestarem concurso e receberem treinamento completo. O déficit de delegados de polícia está zerado no Pará com a garantia de lotação em todos os 144 municípios. O Centro de Perícias Científicas Renato Chaves ganhou unidades regionais completas, como a de Santarém, por exemplo. Novos benefícios foram concedidos aos policiais, a exemplo do auxílio fardamento e premiação pecuniária pela apreensão de armas de fogo. Segurança é um dos maiores desafios, sendo um problema de fundo social e amplitude nacional. Mesmo com o recrudescimento da violência em todo o Brasil, as estatísticas tem mostrado que os índices de criminalidade no estado vem caindo desde 2010.

Para seguir em frente

- Criar novos Batalhões de Policiamento Tático no interior do Estado.
- Promover campanhas educativas, ao lado de intensa fiscalização, voltadas à diminuição dos índices de mortes, lesões corporais e danos no trânsito.
- Estreitar a parceria institucional do Sistema de Segurança e PROPAZ na formação do alunado. Palestras e oficinas. Rondas escolares. Delegacia especializada.
- Ampliação das ações do PROERD para todas as escolas públicas do ESTADO
- Implementar de uma rede de inteligência entre a comunidade e o estado, ouvindo a sociedade civil organizada, voltada à troca de informações sobre práticas criminosas, objetivando a prevenção da criminalidade e a prisão de criminosos.
- Fiscalizar o cumprimento de Leis Municipais ou fomento à criação, se não existir, sobre o funcionamento de bares, festas e similares, de forma a diminuir a criminalidade causada pela embriaguez, bem como a poluição sonora.
- Ampliar a rede de amparo à mulher, crianças e adolescentes vítima de violência, capitaneada pelo ProPaz Integrado em conjunto com outras áreas de governo.
- Intensificar o policiamento nas ruas, com vistas a reduzir os índices de criminalidade.
- Investir nas ações de inteligência e instrumentos de combate e repressão ao narcotráfico
- Criar um sistema de rondas nas áreas rurais do Estado.

- Criar novos centros de recuperação de drogaditos.

- Ampliar a fiscalização de fronteiras

- Fomentar programas municipais de iluminação pública, eliminando os pontos escuros que trazem insegurança aos munícipes.

- Integrar, através de video-monitoramento eletrônico, o serviço de emergência do Estado (190), para fins de monitoramento de trânsito e de ações criminosas, ampliando a rede de câmeras de vigilância e a comunicação com outros órgãos, em tempo real.

- Fomentar a criação de Guardas Municipais, colocando uma agente público de segurança de maneira mais presente no dia a dia do município.

- Promover o aumento da segurança, da qualidade de vida e da autoestima da população. Pelo menos um local em cada município recuperado, como área de encontro dos munícipes para lazer e entretenimento em geral, com estrutura montada para o sistema de segurança no local.

- Instituir programa de microcrédito para egressos do Sistema Penitenciário, para ajudar na reinserção social, contribuindo para evitar o retorno à criminalidade.

- Aumentar o efetivo de todos os órgãos do sistema: polícias, bombeiros, agentes de trânsito, peritos e agentes penitenciários.

- Implantar novas tecnologias, e garantir a renovação das frotas de veículos.

- Transformar as delegacias em Unidades Integradas ProPaz

3.5 - SANEAMENTO

Avanços nos últimos 4 anos

Saneamento é saúde. Também nessa área, os últimos quatro anos foram marcados pelos maiores investimentos já realizados no estado, em parceria com o Governo Federal. Em Marabá, foi construída a estação de tratamento de água mais moderna do estado, para beneficiar mais de 100 mil pessoas e com capacidade de expansão para atender até 200 mil moradores. Santarém recebe obras de saneamento que vão

beneficiar cerca de 150 mil pessoas. Em Belém, a água chegou para 60 mil moradores do centro da cidade com a reforma do sistema São Brás. Obras prontas também nos setores Cordeiro de Farias e Sideral, que atendem a Cabanagem e Bom Jesus. No Benguí I e II, Mangueirão e Pratinha é a estação de tratamento da Bacia do Una que está sendo ampliada. Obras de saneamento também em Marituba, Ananindeua, Capanema, Abaetetuba, Dom Eliseu, Altamira, Igarapé-Miri, Bragança e Ponta de Pedras, no Marajó. Em todo o estado, mais de R$1 bilhão de reais estão sendo investidos na implantação de sistemas de água e esgoto, ainda que a demanda seja muito maior.

Para seguir em frente

- Revitalização e modernização da estação de Tratamento de Água do Complexo Bolonha, beneficiando Ananindeua, Marituba e Belém.
- Ampliação e melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário do Utinga.
- Ampliar o abastecimento de água:
- Nos grandes e médios centros urbanos, mediante a recuperação e ampliação das redes de distribuição e instalação de ramais prediais.
- Nas cidades menores e nas comunidades da zona rural, com a utilização de tecnologias alternativas e com microssistemas de abastecimento.
- Nas áreas ribeirinhas, e onde a população for dispersa, com a distribuição de kits de tratamento da água, inclusive das chuvas, contendo cloro, flúor e equipamentos adequados, para uso familiar, conjugados com a educação ambiental de seus componentes.
- Implantar programa de proteção aos mananciais subterrâneos e superficiais de água potável.
- Incentivar a prática de coleta e armazenamento de águas pluviais para uso em atividades domésticas e comerciais, substituindo água tratada ou de consumo humano.
- Identificar ações jurídicas que contemplem configuração de reservas de áreas estratégicas com depósitos de águas subterrâneas, visando o abastecimento futuro dos municípios.
- Adotar medidas e ações convergentes destinadas à proteção de mananciais, cursos de água superficiais e de depósitos subterrâneos aquíferos dentro dos espaços municipais.

- Estabelecer, em conjunto com os governos federal e municipal, uma agenda de trabalho e investimentos para a instalação de esgotamento sanitário nas cidades e melhorar a coleta e tratamento de esgoto sanitário:
- Implantar política tarifária justa e adequada aos níveis de renda da população que for atendida com rede e ramais coletores e/ou estação de tratamento de esgoto.
- Organização, no âmbito da Vigilância Sanitária, e com o Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, de:
- Sistema de monitoramento para: qualidade das águas; qualidade do ar nas grandes cidades; e contaminação ambiental por agentes químicos ou físicos, naturais ou oriundos da atividade humana.
- Sistema de monitoramento para melhorar a qualidade dos alimentos oferecidos à população.
- Em conjunto com os municípios da Região Metropolitana de Belém, solucionar a coleta e destinação do lixo, mediante:
- Captação de recursos para implementar estudos técnicos e construção de instalações para a destinação final.
- Programa de reciclagem, envolvendo orientação e mecanismos de coleta de materiais.

3.6 - MEIO AMBIENTE

Avanços nos últimos 4 anos

Foram notáveis, e elogiados, os avanços na área ambiental. Dentre as principais ações de proteção ao meio ambiente e combate ao desmatamento desenvolvidas no decorrer dos últimos 4 anos, destaca-se a criação do Programa Municípios Verdes, que recebeu a adesão de 104 dos 144 municípios, superando largamente a meta de 100 municípios até 2015. Seis municípios paraenses saíram da lista negra do desmatamento da Amazônia. Enquanto os índices de desmatamento caem, a produção agrícola aumenta, colocando por terra o paradigma que o aumento da produção justifica novos desmatamentos. No âmbito do Programa, o Pará foi o primeiro estado brasileiro a adotar o CAR – Cadastro Ambiental Rural, que permite o ordenamento e o monitoramento das propriedades rurais. Mais de 60% das propriedades rurais já estão cadastradas.

Para seguir em frente

- Fortalecer e consolidar as ações do Programa Municípios Verdes em todo o estado.
- Fortalecer o Programa de ICMS Verde junto aos setores do agronegócio.
- Investir no Projeto do Fundo Amazônia para os Municípios Verdes.
- Prosseguir na descentralização da gestão ambiental.
- Prosseguir na redução do desmatamento, dentro das metas previstas no Plano estadual de combate ao desmatamento (PPCAD), reduzindo para 1.100 km2 o desmatamento até 2018.
- Promover o Programa de Compras Sustentáveis, usando o poder de compra do Governo do Estado (R$ 1,5 bilhão por ano) para beneficiar o desenvolvimento do Estado, através da inserção de critérios sustentáveis nas licitações.
- Incentivar, promover e apoiar iniciativas do empresariado paraense ao mercado internacional verde.
- Ajustar, com as instituições de pesquisa, demandas do Estado para áreas prioritárias, que estejam sob ameaça ou que necessitem de superação de impasses.
- Defender os interesses do Pará, nas negociações para o estabelecimento do valor das compensações pela segurança do clima.
- Propor uma política de valoração ambiental para a construção de hidrelétricas no Estado do Pará.
- Prestar assessoramento técnico e jurídico aos municípios para que estes possam valorar corretamente o ecossistema existente no seu entorno
- Apoiar os municípios nos programas de educação ambiental, com capacitação e material didático.
- Organizar a administração de parques e APAs estaduais.
- Prosseguir combatendo a comercialização de espécies selvagens e, principalmente, a pirataria.

- Apoiar o reflorestamento em áreas degradadas incentivando o plantio sustentável com espécies de rápido crescimento.

3.7 – TURISMO

Avanços nos últimos 4 anos

O turismo foi destacado como um dos importantes setores econômicos indutores da geração de empregos e renda. Foi lançado o Plano Ver-o-Pará, elegendo os principais produtos turísticos e áreas de atração no estado, e uma nova marca turística "Pará a obra-prima da Amazônia". Nos últimos 4 anos, o Pará entrou na rota nacional e internacional e passou a operar dois novos voos internacionais, para a Europa e Estados Unidos. A retomada desses voos também abre novos caminhos para investimentos no estado e na região. Em parceria com o Prodetur, os principais polos identificados com alto potencial turístico no estado começam a ganhar visibilidade local, nacional e internacional. A implantação do novo Terminal Hidroviário de Belém se tornou realidade e já está beneficiando cerca de 70 mil passageiros, especialmente as populações ribeirinhas, além de contribuir para consolidar o turismo no Marajó e na região das ilhas mais próximas a Belém. Em Marabá, está em andamento a construção do primeiro centro de convenções fora da capital, com capacidade para realização de vários eventos simultâneos.

Para seguir em frente

- Consolidar a implantação dos novos serviços de transporte para o Marajó, após a conclusão do processo licitatório em curso.
- Dar continuidade aos investimentos em equipamentos e serviços turísticos.
- Ampliar a divulgação da gastronomia regional voltada para o aumento da demanda externa pelos produtos exclusivamente paraenses.
- Manter e ampliar os equipamentos públicos de atração turística.
- Incluir tribos e comunidades quilombolas nas atividades de ecoturismo.
- Prosseguir na capacitação de mão de obra visando melhoria da rede de prestação de serviços de apoio a atividade turística.
- Formar agentes captadores de eventos.

- Negociar melhores condições aos turistas com agências operadoras do fluxo de transatlânticos que sobem o rio Amazonas.
- Formular novos roteiros turísticos e fortalecer os já existentes.
- Formular arranjos produtivos turísticos.
- Incrementar a divulgação do Estado em parceria com a iniciativa privada.
- Seguir apoiando a produção e a comercialização do artesanato paraense.

3.8 – AGRICULTURA

Avanços nos últimos 4 anos

No agronegócio paraense, a pecuária sobressai como principal atividade do setor, contribuindo com mais de 60% do Produto Interno Bruto nele gerado. Uma das maiores vitórias dos últimos anos, nesse setor, foi o Pará ter sido certificado como **zona livre de febre aftosa por vacinação**, graças às intensas e continuadas campanhas feitas em nos últimos quatro anos. Com um rebanho de, aproximadamente, 18,8 milhões de bovinos e 435.775 bubalinos, que ocupam, respectivamente, o quinto e o primeiro lugar no ranking nacional, esse segmento constitui a principal atividade econômica em 51% dos municípios paraenses, está presente em 34% dos estabelecimentos agropecuários registrados pelo IBGE, envolve um grande número de pequenos produtores, demanda quantidade significativa de insumos, possui estrutura industrial e lidera o PIB e as exportações do setor.

Outro eixo igualmente importante dessa estratégia tem como foco a modernização e o fortalecimento da agricultura familiar, na medida em que cerca de 81% dos estabelecimentos agropecuários existentes possuem área até 100 ha, dos quais 66% com até 50 ha. Além disso, tendo em vista as enormes carências que esse segmento enfrenta, das quais decorrem baixíssimos níveis de produtividade e de renda, com poucas perspectivas de inserção em uma economia de mercado, o apoio governamental é indispensável para a transformação desses produtores familiares em empreendedores rurais.

Nesse contexto, estão sendo priorizadas cadeias produtivas que além dos aspectos positivos em termos econômicos e ambientais, possuam alta capacidade de inclusão social, mediante a inserção da agricultura familiar, e de atividades de baixa emissão de carbono, a exemplo do dendê, cacau e fruticultura, com destaque para o açaí, que constituem as grandes apostas do Governo Estadual no setor agrícola.

Para seguir em frente

- Elaborar políticas regionalizadas para potencializar as vocações locais.
- Otimizar o uso das áreas já alteradas.
- Priorizar atividades e práticas de baixa emissão de carbono.
- Incentivar a adoção de sistemas produtivos eficientes e de boas práticas agronômicas.
- Incentivar a produção com maior valor agregado, ampliando assim o potencial de geração de renda e emprego.
- Incentivar o associativismo e o cooperativismo para alcançar ganhos no valor e escala de produção da agricultura familiar.
- Promover a recuperação e reintegração produtiva de áreas alteradas.
- Estimular a renovação e ampliação das áreas cultivadas
- Promover o adensamento tecnológico das atividades agropecuárias, mediante a difusão e incorporação de tecnologias de processo produtivo, de produto e de gestão.

3.9 – ARTE E CULTURA

Avanço nos últimos 4 anos

Consolidar a atividade cultural como instrumento de desenvolvimento tem sido a principal característica dos investimentos em cultura realizados pelo estado. Nessa perspectiva, as ações culturais priorizadas nos últimos quatro anos foram aquelas com maior capacidade de geração de emprego e renda, especialização de mão de obra local para a produção cultural, além da capacidade de formação de plateias. Dentre os principais eventos apoiados pelo estado, destacam-se novas edições da Feira Pan-Amazônica do Livro, Festival Internacional de Música e o Festival de Ópera. Todos esses eventos foram desdobrados em edições especiais, visando alcançar maior interiorização e atingir parcelas maiores da população. O resgate da cultura popular se deu pela realização de eventos como o Terruá Pará, em São Paulo e em diversas cidades paraenses, eleito como o melhor projeto, na categoria música popular, pela

Associação Paulista de Críticos de Arte. Destaques também para o Festival Cultura de Verão e a Paixão do Boi.

Para seguir em frente

- Prosseguir requalificando os espaços restaurados e revitalizados, retomando, outra vez, a fiscalização e manutenção preventiva e, ou, corretiva da arquitetura, dos equipamentos e dos bens artísticos integrados.
- Intensificar a implantação de lojas de produtos culturais.
- Revisar o sistema de bibliotecas, ajustando-o às tecnologias de informática, de forma a disponibilizá-lo completo em todos os pontos do Estado.
- Fomentar a política de intercâmbio cultural com outros estados da federação e com os países da Pan-Amazônia, estimulando a prática permanente de convênios, visando às trocas simbólicas e a captação de recursos.
- Incentivar a política editorial, com livros, DVDs e CDs destinados ao mercado cultural brasileiro e articular sua distribuição.
- Estimular a produção e organizar uma central de comercialização eletrônica de artigos culturais e artesanato.
- Fortalecer e ampliar os recursos da Lei Semear.

3.10 – APOIO À CIDADANIA

Avanços nos últimos 4 anos

O retorno do Propaz e sua evolução como programa voltado à promoção da cidadania se constitui numa das mais importantes marcas da atuação do governo do Pará, nos últimos anos. A alta capilaridade das ações, desenvolvidas em formato de caravanas fluviais e terrestres, alcançando municípios de todas as regiões paraenses, permitiu ao governo estar presente em comunidades distantes dos centros mais desenvolvidos, levando até elas atendimento médico em várias especialidades e serviços de emissão de documentos pessoais de toda ordem, desde a certidão de nascimento até carteiras

de trabalho. Nos últimos 4 anos, foram feitos 2,5 milhões de atendimentos em 80 municípios. Cerca de 20 mil cirurgias oftalmológicas, sendo 16 mil de catarata, foram realizadas. 47.300 documentos entregues, além de 186 mil registros de nascimento, possibilitando a milhares de pessoas existir como cidadãos, habilitando-se a ter acesso aos programas assistenciais em todas as esferas de governo. Nas unidades do Propaz, crianças e adolescentes receberam atenção e espaço para os esportes, a cultura e o lazer, longe das ameaças das ruas. Os núcleos do Propaz Integrado, na capital e no interior, propiciaram o atendimento às vitimas de violência doméstica e sexual. O governo também inaugurou em Belém o Propaz Mulher, com atendimento integral e interdisciplinar a mulheres vítimas de violência, pioneiro no norte do Brasil.
Outro item a destacar é a implantação da Estação Cidadania em Belém, com duas unidades, Santarém e Marabá, equipamento inovador e com grandes resultados no acesso da população mais carente aos serviços públicos.

Para seguir em frente

- Ampliar, fortalecer e retomar as ações do Propaz em todo o estado.
- Construir novas unidades de Estação Cidadania nas regiões ainda não beneficiadas.
- Promover e apoiar a elaboração e implantação de programas municipais de enfrentamento da pobreza.
- Desenvolver programas regionais de capacitação ou de readaptação de desempregados para recolocação no mercado de trabalho.
- Apoiar a expansão das unidades básicas e especializadas de atenção aos grupos prioritários definidos no Sistema Único de Assistência Social.
- Desenvolver projetos sociais relativos à Política de Assistência Social de forma integrada com as demais atividades das políticas sociais na perspectiva de inclusão social.
- Dar apoio técnico e financeiro aos municípios para ações de atendimento à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa portadora de deficiência com critérios, cumprimento de metas e incentivos.

- Apoio à iniciativa associada: microcrédito e orientação técnica para a formação de sociedades ou cooperativas para pequenos negócios produtivos e de prestação de serviços, respeitando a vocação e as habilidades do jovem e aproveitando nichos do mercado da horticultura à informática.
- Suporte técnico e estímulo para o programa do menor aprendiz.
- Incluir o aprendizado para o trabalho nos projetos de responsabilidade social das empresas.
- Apoiar os Centros de Referência de Assistência Social, geridos pelos municípios, na política de assistência aos idosos.
- Implementar, nos espaços de clubes e associações, espaços de lazer e atividades do idoso.
- Em conjunto com as ONGs, multiplicar os grupos de apoio mútuo orientado.
- Aperfeiçoar as estruturas de apoio para as mulheres vítimas de violência.
- Apoio psicossomático para mulheres obrigadas ao aborto legal.
- Campanhas massivas de prevenção da gravidez e das doenças sexuais, com vistas à redução do aborto ilegal.
- Capacitar o magistério público para lidar com episódios de violência doméstica e de opção pela homossexualidade.
- Desenvolver, junto com os representantes da comunidade diretamente interessada, medidas que contemplem demandas peculiares dos homossexuais.
- Implantar estruturas de apoio para homossexuais vítimas de discriminação e violência.

3.11 – ESPORTE E LAZER

Avanços nos últimos 4 anos

A volta dos grandes eventos esportivos que haviam ido embora do Pará e a chegada de novas competições de importância nacional são, sem dúvida, algumas das maiores conquistas no segmento de esporte e lazer, nos últimos anos. Os paraenses deram exemplo ao Brasil, durante a final do torneio Superclássico das Américas entre as seleções do Brasil e da Argentina, iniciando a prática de cantar todo o Hino Nacional à capela, mostrando sua hospitalidade e patriotismo, além de sua grande força como torcida merecedora dos eventos e dos novos espaços que vem sendo construídos no estado. O Pará hospedou novas edições do Grand Prix de Atletismo e o Campeonato Sul-americano de Desportos Aquáticos. Hoje, o Pará tem o melhor parque de competições em piscina do Norte/Nordeste. As obras avançam na construção do Ginásio Poliesportivo, no entorno do Mangueirão. Seguem também as obras no Colosso do Tapajós e ainda a construção de um Ginásio Poliesportivo para 5 mil pessoas, em Santarém, além de inúmeros ginásios em municípios do interior, que vêm sendo construídos em parceria com as prefeituras.

Para seguir em frente

- Concluir, equipar e entregar os ginásios poliesportivos de Belém e Santarém.
- Concluir, equipar e entregar o estádio Colosso do Tapajós, em Santarém.
- Avançar, ampliar e fortalecer o programa Fabricação de Ídolos.
- Ampliar o apoio e incentivo às Olimpíadas Indígenas.
- Prosseguir incentivando o futebol paraense, por sua importância para a população.
- Criar o Esporte na Escola, identificando as que têm instalações esportivas e planejar a utilização destes espaços para a comunidade do entorno, com gestão conjunta da direção escolar, da associação de pais e mestres e de moradores.
- Programa dirigido à utilização da capacidade instalada de ginásios e outros equipamentos esportivos, públicos ou privados, em todo o Estado. O aparelhamento desses equipamentos, bem como o apoio à sua manutenção, deverá estar vinculado ao seu uso regular pelos grupos escolares ou

amadores, particularmente aqueles vinculados a programas dirigidos à inclusão social ou preventivos de risco.

- Programa específico que contemple os atletas de rendimento, para a viabilização de aperfeiçoamento técnico e assistência.
- Programa esportivo especial para as comunidades indígenas e quilombolas, respeitando suas peculiaridades culturais.

3.12 – INFRAESTRUTURA

Avanços nos últimos quatro anos

Na pesquisa internacional que identifica oportunidades de investimentos no mundo, divulgada em abril de 2014 pela revista britânica Financial Times Magazine, o Pará foi considerado o sexto melhor estado na América do Sul na categoria infraestrutura e o quarto melhor do Brasil como Estado do Futuro na perspectiva 2014-2015. A pesquisa avaliou a infraestrutura paraense, os incentivos e a capacidade das cidades e regiões de atrair futuros investimentos. Para esse resultado, contribuíram os grandes investimentos que o governo vem fazendo no setor.
Mais de 1.000 km de estradas sendo construídas e reconstruídas em todas as regiões do estado. Dentre elas, destacam-se a reconstrução da PA-150, com acostamento, uma das mais importantes rodovias paraenses, e da Alça Viária e Perna Sul, principais ligações entre a capital e o sul e sudeste do estado. O asfaltamento da PA-255, de Monte Alegre a Santana do Tapará, em Santarém, levando pela primeira vez o asfalto a uma rodovia da margem esquerda do Amazonas. Importante também foi a reconstrução da estrada que liga Eldorado dos Carajás, Curionópolis e Parauapebas. Em todas as obras, aproveitamento da mão de obra local, gerando emprego e renda e mais benefícios para a população. O programa Asfalto na Cidade chegou a 70 municípios paraenses, melhorando a mobilidade urbana nos municípios. Cerca de 2.500 m de pontes de concreto foram construídas, substituindo as antigas pontes de madeira, entre elas a ponte sobre o rio Capim, com 560 metros, ligando os municípios de Concórdia e Aurora do Pará a Mãe do Rio, quatro pontes sobre furos na Bragança-Ajuruteua e a ponte sobre o rio Arraia na PA-287, no sul do Pará. Cabe destacar ainda a construção do novo Terminal Hidroviário de Belém.

Para seguir em frente

- Prosseguir na recuperação da malha viária estadual priorizando o escoamento da produção rural e a segurança da população.
- Programar a construção de mais portos e terminais hidroviários.

- Recolocar o Estado do Pará como exemplo de eficiência na função de regular, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços públicos.
- Estimular a modernização das empresas de transporte fluvial.
- Recuperar, construir e ampliar aeródromos estaduais.
- Implantar 1.500 km de redes de fibra óptica, visando conectar o estado aos serviços de internet seguros, rápidos e de qualidade.
- Promover a gestão dos serviços metropolitanos, por meio de um consórcio público entre os municípios, patrocinando a integração, racionalização, melhoria e ampliação dos sistemas de transporte (vias e operação desse sistema), saneamento (drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação de lixo), habitação, lazer e turismo – na Região Metropolitana de Belém, em articulação com a comunidade e prefeituras.

3.13 – HABITAÇÃO

Avanços nos últimos 4 anos

Os dados do IPEA (Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada) confirmam que o déficit habitacional do Pará mostra diminuições acima da média nacional. Esse desempenho, em parte, é resultado das melhores condições de emprego e renda que vêm sido observadas no estado e ainda das políticas públicas do governo para o setor de habitação, a exemplo do Cheque Moradia. Nos últimos quatro anos, o programa foi retomado, ampliado o leque de beneficiários e expandiu-se aos municípios do interior paraense. Mas de 200 mil pessoas foram beneficiadas com investimentos de cerca de R$ 40 milhões. Além disso, o Estado atua como parceiro e financiador por meio de contrapartidas para a execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no eixo Habitação e Urbanização de Assentamentos Precários e do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Um novo eixo habitacional, denominado Quinta dos Paricás, foi lançado em Belém, constando de 7 mil unidades habitacionais para população de baixa renda.

Para seguir em frente

- Ampliar investimentos e a interiorização do Cheque Moradia.
- Apoiar e promover a consolidação do novo eixo habitacional Quinta dos Paricás, em Belém.
- Prosseguir apoiando iniciativas para a desfavelização das cidades e a democratização do acesso à terra e ao mercado secundário de imóveis.
- Fortalecer o papel do Estado na gestão da Política Habitacional e na regulação dos agentes privados.
- Estimular a produtividade e melhoria da qualidade na produção habitacional no Estado, priorizando a geração de emprego.
- Priorizar e incentivar a utilização dos insumos locais na produção da habitação, seja na construção de novas moradias ou melhoria e ampliação das habitações existentes.

3.14 - BELÉM METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

A capital do estado e a sua região metropolitana estão em plena transformação com as grandes obras de infraestrutura, que vão garantir maior mobilidade a todos. Está em plena execução a obra de prolongamento da Av. João Paulo II e quase concluída a da Av. Independência, que vão se transformar em novos corredores de entrada e saída da cidade, pondo fim aos engarrafamentos. Avançam as obras de duplicação da Av. Perimetral. Belém ganhou também um novo Terminal Hidroviário, dando mais conforto aos passageiros e aos turistas. Além disso, o governo vem investindo em outras áreas. Cheque Moradia, Ação Metrópole, novos hospitais concluídos e em construção, grandes eventos esportivos, obras de saneamento prontas e em execução, incremento no turismo, construção de ginásio poliesportivo na área do Mangueirão e outras ações que mostram os benefícios da atuação do governo para a cidade de Belém, principal centro populacional do estado. Também foi iniciada a primeira etapa da construção do Parque Ambiental do Utinga, que vai beneficiar a população de toda a região metropolitana de Belém, constituindo-se num espaço de lazer e preservação ambiental.

Para seguir em frente

- Concluir e entregar as avenidas Independência, Perimetral e o prolongamento da João Paulo II.
- Avançar na implantação, na área do Utinga, de um Parque Ambiental autossustentável, socializando um dos sítios mais importantes da área metropolitana de Belém, e contribuindo pelo uso adequado e rigorosamente mantido para a melhor preservação desta APA, onde se encontram os mananciais de abastecimento de água de Belém.
- Concluir e entregar o conjunto de obras viárias do Ação Metrópole.
- Concluir , equipar e entregar o novo hospital Abelardo Santos.
- Intensificar as ações em parceria com a prefeitura municipal.
- Trabalhar junto com a prefeitura de Belém nas obras visando a "Belém 400 Anos".
- Ampliar, na capital, a atuação do programa Asfalto na Cidade.
- Fortalecer ações conjuntas com prefeituras da região metropolitana, com vistas às soluções para a destinação do lixo, organização de trânsito, política integrada de transportes e esgotamento sanitário.